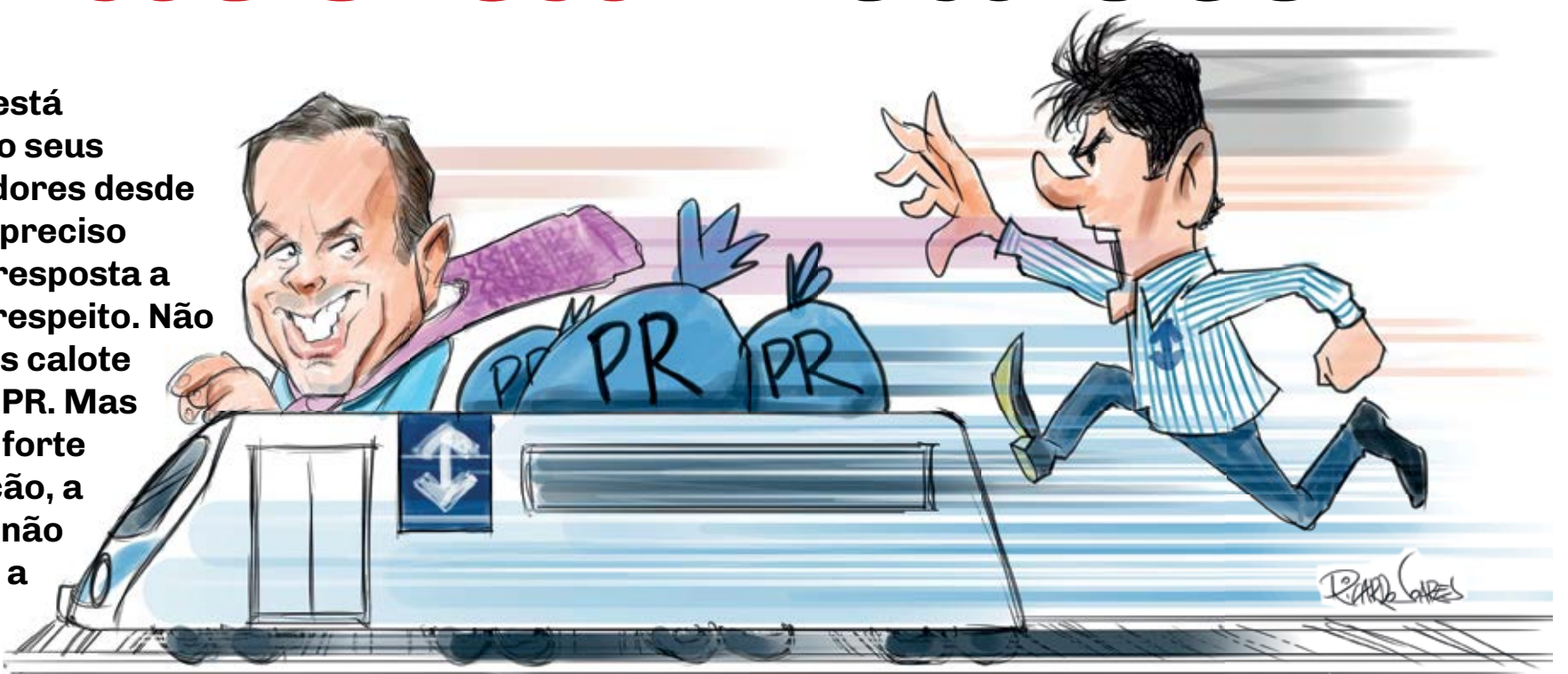




Participação nos Resultados Metroviários **não** **aceitam** calote

O Metrô está enrolando seus trabalhadores desde março. É preciso dar uma resposta a esse desrespeito. Não aceitamos calote na nossa PR. Mas sem uma forte mobilização, a empresa não vai pagar a segunda parcela



No dia 9/3/2020 o Metrô pagou a primeira parcela da PR (Participação nos Resultados). Desde então, o Sindicato vem tentando de todas as maneiras forçar a negociação para o pagamento da segunda parcela. Nesse período enfrentamos uma Campanha Salarial muito difícil, com Doria e Metrô querendo acabar com várias conquistas.

Não são apenas os metroviários da ativa que vêm sendo enganados desde março. Os metroviários que saíram pelo PDV não receberam um centavo da PR.

A Justiça do Trabalho, em despacho de 18/3/2020, orientou a continuidade da negociação entre Metrô e Sindicato para discutir a segunda parcela. A empresa, no entanto, tem ignorado todos

os pedidos de negociação. Ou nos organizamos e lutamos pela PR ou ficaremos sem ela.

Periculosidade

E não é só a pendência da PR que está tirando o sono dos metroviários. No dia 2/12 haverá o julgamento do Dissídio Coletivo da Periculosidade e da mudança de noturno para diurno das pessoas que têm Periculosidade sobre todos os vencimentos. É preciso também lutar contra a terceirização das bilheterias.

Para dar resposta a todos esses problemas, o Sindicato está agendando um calendário de setoriais, com reuniões a partir da primeira semana de dezembro. **Vamos precisar de todos! Participe da sua setorial!**

→ **Veja na página 4: Matéria sobre os desdobramentos da Campanha Salarial com as datas de pagamento dos valores retroativos.**

Terceirização das bilheterias só gera prejuízos

Nas últimas semanas, cerca de 10 bilheterias do metrô foram entregues para empresa que terceiriza este tipo serviço. O resultado é a precarização do trabalho, prejuízos à população e aos metroviários que desempenham essa função há décadas com excelência.

Foto: Paulo Iannone/Sindicato



A terceirização provoca a queda da qualidade do serviço porque é realizado por funcionários sem o devido treinamento, que recebem baixos salários e não têm direitos. Os trabalhadores dessas empresas denunciam frequentemente jornadas extenuantes e descontos abusivos.

Muitos estudos mostram que a terceirização pode causar perdas ao erário, com contratações que resultam em pagamentos superiores aos contratados diretamente, e por frequentes problemas na realização das funções. O prejuízo pode ser comprovado com a recente terceirização das bilheterias. Usuários estavam na fila para comprar bilhete e a empresa não teve condições de atender a demanda. Metroviários no local tiveram de liberar o acesso gratuito ao metrô.

O Sindicato denuncia essa situação há anos e tenta, por meio da mobilização, evitar as privatizações e terceirizações.



Antonio Neves, presente!

Mais uma vítima da Covid-19. Neves entrou no Metrô como porteiro na década de 1980. Nos anos 1990 foi transferido para o Tráfego, como Operador de Trem. Presidiu o Greme (Grêmio Recreativo dos Metroviários de SP) e estava aposentado. Antonio Neves, você está presente!

Demissões aumentam a revolta da categoria

Diante das demissões praticadas pelo Metrô em outubro, o Sindicato manifesta novamente o repúdio e reafirma que está tomando todas as providências para reverter esse quadro. A bancada dos trabalhadores cipistas também expressou a indignação com relação às demissões arbitrárias e informou as ações para as próximas reuniões das CIPAs

A categoria já sofre com a falta de funcionários e a empresa ainda demite em plena pandemia dezenas de companheiros por Aposentadoria Especial. Esses trabalhadores foram desligados como se tivessem cometido alguma falta grave, sem consideração até mesmo dos casos de doenças crônicas, como o de alguns companheiros com câncer. O julgamento da ação movida pelo Sindicato está marcado para 14/12.

Entre os demitidos pela empresa estavam dois cipistas, sendo um deles o vice-presidente da CIPA Manutenção-Linhas. A empresa desrespeitou a legislação e a Norma Regulamentadora (NR) 5, que preconiza a estabilidade destes trabalhadores. Por isso, a bancada decidiu

que não vai indicar um novo vice-presidente enquanto a situação não for definida na Justiça e formalizou em ata o repúdio à demissão de cipistas e dos demais metroviários.

Foi definida também que a participação da bancada ocorrerá apenas na condição de ouvintes, inclusive nas atividades de subcomissões e ROs, enquanto perdurar essa situação. Não se descarta uma saída das reuniões. Além disso a bancada dos trabalhadores defende a não realização dos

testes da eleição eletrônica e a prorrogação da estabilidade dos mandatos anteriores.

Em breve será organizada uma reunião geral com todos os cipistas eleitos para a coordenação das ações com a participação do Sindicato. **Além disso, a categoria precisa se unir e lutar para reverter essas demissões injustas dos metroviários!**



Colônia do Sindicato

Um lugar seguro, confortável e de lazer para a categoria

Fotos: arquivo/Sindicato



A Colônia de Férias do Sindicato, localizada na cidade de Caraguatatuba, é um local para os metroviários sindicalizados desfrutarem com a família e amigos. A pandemia do novo coronavírus exige a adoção de medidas sanitárias e, por isso, foi fechada conforme às orientações de saúde e dos órgãos públicos. Com a flexibilização da quarentena, a diretoria da entidade começa a reavaliar a sua abertura.

Mais do que isso, o Sindicato aproveitou este período para realizar reformas estruturais e para o maior conforto de todos. Foram feitas mudanças necessárias para a garantia da segurança, como regularização junto ao Corpo de Bombeiros,

conserto e melhorias de telhas e nas churrasqueiras, instalação de vidros, pintura e demarcação de vagas, troca de colchões entre outras.

A acessibilidade foi um dos pontos de maior atenção, com a realização de adequações nas condições de mobilidade no local e a configuração de um apartamento totalmente adaptado para PCDs.

Ao término das obras, o Sindicato avaliará novamente o estágio da pandemia, as orientações de órgãos de saúde e determinações da prefeitura de Caraguá para assim poder definir a data da reabertura da Colônia de Férias com segurança e qualidade para todos.



É preciso lutar contra o retrocesso e defender os direitos

O Brasil vive um período marcado pelo acirramento político. A divisão e polarização, estimuladas em grande medida com a eleição de Bolsonaro, provocaram um trauma na sociedade. As discussões foram dominadas pelo ódio e intolerância e as informações são deturpadas e falsificadas. É preciso virar o jogo e evitar a destruição do País!



Enquanto a população amarga com desemprego, desalento e informalidade em níveis recordes, condições precárias de moradia, carência de equipamentos de saúde, cultura, educação entre outros, os governos tentam retirar direitos, extinguir empresas e serviços públicos. Tudo para atender às exigências do “mercado”, figura que representa simbolicamente as corporações, bancos e grandes empresas detentoras do poder econômico.

Em São Paulo, os governos do PSDB pautam a condução do estado por uma visão ultraliberal: defendem os interesses das grandes empresas e extinção do patrimônio público; buscam ampliar a exploração e agem contra a classe trabalhadora, atacando direitos e categorias profissionais; privatizam e terceirizam serviços essenciais. Na prática, Doria e Covas atuam em consonância com as políticas do governo Bolsonaro.

Direitos ameaçados

Nas primeiras demonstrações de submissão ao grande capital, os governos federal, estadual e municipal encaminharam o desmonte do sistema previdenciário e de proteção dos trabalhadores. Bolsonaro conseguiu,

com a ajuda dos partidos da direita e do chamado “centrão”, a aprovação da Emenda Constitucional 103. Depois disso, os tucanos João Doria e Bruno Covas se engajaram no mesmo sentido e garantiram as alterações desastrosas na previdência de servidores estaduais e municipais.

Além do direito à aposentadoria depredado, os direitos trabalhistas também estão sob ataques e tentativas de redução ou extermínio. As mudanças recentes permitiram que acordos se sobreponham à legislação, a redução de adicionais e benefícios e a extensão da terceirização. Tudo isso compõe o que pode ser definido como um momento de maiores perdas da classe trabalhadora nos últimos tempos e deve ser alvo de resistência.

Privatizações e terceirização

Entre as prioridades dos governos de plantão estão os planos de sucateamento e entrega do patrimônio público em todas as áreas. Bolsonaro e seu ministro Guedes defenderam publicamente um programa de desestatização e privatização em larga escala. Segundo eles, a intenção é entregar setores inteiros como da energia elétrica (Eletrobras) e do saneamento básico, dos transportes, rodovias e aeroportos,

SUS, universidades públicas, Correios e bancos públicos.

A longa lista é ainda maior e incrementa-se com as ações, no mesmo sentido, dos governos de Doria e Covas. Os gestores locais defendem a ampla privatização de empresas e serviços essenciais. Recentemente foi aprovado o PL 529, projeto que permite a extinção de empresas fundamentais como CDHU e EMTU. No Metrô os frequentes ataques à categoria, a privatização do sistema, a terceirização das bilheterias e setores da manutenção ameaçam o serviço público de qualidade e colocam funcionários e usuários em riscos.

Eleições

Na segundo turno das eleições, em 29/11, estão em disputa dois projetos: de um lado o que defende as privatizações, terceirizações e atende assim às elites tradicionais que dominam São Paulo e, do outro, um projeto voltado para os interesses do povo pobre, dos trabalhadores e a luta em defesa dos serviços públicos. Na hora da escolha, o metroviário deve optar por quem defende um programa popular e uma gestão mais democrática. Além do voto, é fundamental a mobilização e luta cotidiana contra os frequentes retrocessos e em defesa dos trabalhadores.

Retroativos

Confira as datas dos pagamentos

Em agosto, o Tribunal do Trabalho homologou uma sentença, após o julgamento do Dissídio Coletivo da Greve, que manteve todas as cláusulas do Acordo Coletivo anterior acrescido de um capítulo com a flexibilização de alguns itens econômicos por seus 6 meses (maio a outubro de 2020).

A sentença garantiu o pagamento retroativo desses itens econômicos. **Veja abaixo como ficaram todos os itens.**



Foto: Paulo Iannone/Sindicato

→ Gratificação de Férias



O valor será creditado em 30/11/2020. Para as férias processadas a partir de 20/7/2020, o pagamento da gratificação adicional de férias será de 1/3 constitucional e a diferença do cálculo entre o 1/3 da lei e o valor previsto na sentença.

Para os empregados que usufruíram férias durante vigência da Medida Provisória (MP) nº 927, a gratificação de férias será paga no dia 18/12/20.

O Metrô ainda não autoriza a antecipação de férias.

→ Gratificação por Tempo de Serviço (GTS)

Houve a garantia dos valores adquiridos até 30/4/2020 e a suspensão da aplicabilidade do percentual no período de 1º/5/2020

a 31/10/2020. Para quem completou “aniversário” de GTS nesse período de suspensão, o pagamento será retomado em novembro/20, inclusive com as diferenças de valores retroativos à data de aquisição.



→ Adicional de horas extras

Houve a manutenção do percentual de 100%. O pagamento foi de 50% pelo período de 6 meses e a diferença de 50% será paga integralmente em 6 meses. As horas extras compulsórias estão sendo pagas integralmente e com adicional de 100%.

As diferenças de horas extras serão pagas a partir de novembro com o pagamento dos valores apurados no primeiro mês correspondente aos 6 meses anteriores.



Como o pagamento das horas extras de maio foi realizado integralmente no próprio mês, com percentual a 100%, a empresa informou que não há diferenças apuradas para pagamento no mês de novembro.

→ Adicional noturno

As diferenças serão pagas a partir de novembro com o pagamento dos valores apurados no primeiro mês correspondente aos 6 meses anteriores.



Foi paga na folha de agosto a diferença de 5% do adicional noturno pago nos meses de junho e julho com o percentual de 20%. O pagamento do adicional noturno de maio foi realizado integralmente no próprio mês, com percentual a 50%. Não há, portanto, diferenças apuradas para pagamento no mês de novembro.

→ Auxílio-transporte

Valores retirados a partir de 30/6 foram ressarcidos na folha de agosto de 2020. Foram pagos na folha de agosto de 2020 o auxílio-transporte suspenso dos funcionários que trabalharam presencialmente em junho e julho de 2020 e o adiantamento referente aos meses de agosto e setembro.



→ Metrus

Foi descontado na folha de agosto de 2020 o percentual de 14,69% do salário nominal mais a Gratificação de Função, quando houver, do trabalhador pelas despesas decorrentes com os gastos com a saúde (coparticipação).

A diferença do percentual de 14,69% para 20% dos descontos efetuados na folha dos meses de junho e julho foi compensada na folha de setembro de 2020.



Falta de funcionários

Problema traz falhas no sistema e pode provocar uma fatalidade

Mais uma vez, o Sindicato alerta sobre o grave problema da falta de funcionários no metrô. A empresa, ao invés de contratar, está demitindo, o que agrava ainda mais a situação

Os metroviários vivem sob tensão permanente, muitos adoecem por conta desse estresse. Existe o acúmulo de responsabilidades, a pressão das chefias e a falta de perspectiva de que o problema da falta de quadro seja resolvido. O Metrô simplesmente ignora esse grave situação.

A forte tensão vivida pelos metroviários pode levar a acidentes e falhas no sistema.

Funcionários e usuários do sistema estão correndo risco.

No último domingo (22/11), por volta das 23h40, um usuário aparentemente embriagado caiu na via da estação Vila Mariana (Linha 1). O Operador de Trem conseguiu parar a tempo e o usuário subiu sozinho de volta à plataforma. Se tivesse ocorrido o atropelamento, não havia funcionário para realizar o resgate. A direção do Metrô



está precarizando ao máximo o sistema. Parece que quer ver o quanto a categoria aguenta.

É urgente a contratação por meio de concurso público! Chega de descaso!

Expediente

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos no Estado de São Paulo.
Sede: R. Serra do Japi, 31 – Tatupé
CEP 03309-000 – São Paulo – SP
Fone: 2095-3600 / Fax: 2098-3233.
E-mail: imprensa@metroviarios-sp.org.br
Diretor Responsável: Elaine Damásio e Raimundo Borges Cordeiro de Almeida Filho.
Redação e Revisão: Rogério Malaquias, MTb. 21.307-SP e Paulo Iannone, MTb 66.749-SP.
Arte: Maria Figaro, MTb 25.888-SP

Impressão: Gráfica Forma Certa
Tiragem: 3 mil exemplares.



www.metroviarios.org.br

Se você não é sindicalizado:
SINDICALIZE-SE!

Você pode se sindicalizar pelo site (<https://sindicalizacao.metroviarios-sp.org.br>), pelo aplicativo do Sindicato para smartphones (baixe nas lojas de APPs), pelo link (<http://aplicativo.metroviarios-sp.org.br>). **Venha para o seu Sindicato!**